

ARQUIVÍSTICA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação*

por

Armando B. Malheiro da Silva**

Cada indivíduo tem dentro de si um manancial de vivências registadas como na memória de um computador. Passadas a papel aqui ficam partículas de lembrança de outros tempos. Eram difíceis, mas tinham o encanto da singeleza.

Ruth SAN PAYO (2001)

1. O PARADIGMA AINDA DOMINANTE: TRAÇOS E LIMITAÇÕES

Tem sido comum e consensual generalizar e incluir no termo amplo de cultura a realidade institucional constituída pelos Arquivos, Bibliotecas e Museus, associados directamente à génese e evolução da Modernidade e em especial ao século XIX. Também as noções oitocentistas de património (cultural) e de memória (histórica) continuam a servir, ao nível da opinião pública, para caracterizar os “bens culturais e materiais” que essas instituições encerram, custodiam, preservam e divulgam. Assim, parece haver “continentes” e “conteúdos” que remetem para planos distintos.

Se pensarmos a Biblioteca enquanto *Organismo ou parte de uma organização cujo objectivo principal é organizar colecções, actualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos que respondam às necessi-*

* Este artigo foi elaborado, inicialmente, como comunicação a apresentar no 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus – Integrar, realizado em São Paulo, 18 a 22 de Março de 2002.

** Universidade do Minho, Braga, Portugal.

*dades dos utilizadores nos aspectos de informação, educação ou lazer*¹ não temos, necessariamente, de pensar o **texto** como *Sequência de caracteres sob a forma impressa ou manuscrita, isto é, pequena peça de informação escrita, que contém informação a ser transmitida e/ou tratada. Matéria principal de um livro*², mas, ao mesmo tempo, percebe-se, claramente, que o **livro** – entendido quer como documento *impresso, não periódico, com mais de 48 páginas sem contar as da capa, que constitui uma unidade bibliográfica*, quer como conjunto de *cadernos, manuscritos ou impressos cosidos ordenadamente e formando um bloco*³ – é um suporte para a informação textual. O livro deriva tecnologicamente de contribuições importantes, surgidas em diferentes épocas históricas: o uso do pergaminho (em rolo e em cadernos cosidos e encadernados) durante a Idade Média, a difusão do papel e sua produção progressiva no Ocidente e a invenção da tipografia por Johannes Gutenberg (1397/1400?-1468) com seus posteriores aperfeiçoamentos. Percebe-se, também, que antes do século XVIII e se recuarmos até à crucial invenção da escrita, passando pela célebre Biblioteca(-Museu) de Alexandria, tão citada e tão desconhecida, prevaleceu um sincretismo espesso que prende por um mesmo e único laço Livrarias a Cartórios, documentos administrativos e legais a obras consideradas literárias⁴. ou ainda o *biblos* a objectos vários guardados no *Mouseion* (a “casa das Musas”)⁵.

De igual modo, falar trivialmente de Arquivo como serviço criado e vocacionado para a investigação histórica – herança directa do período revolucionário francês (após 1789) e emblematicamente representada pelos Arquivos Nacionais de tantos países por esse Mundo fora – ou ainda como lugar de memória⁶, mas nem sempre nobre e condigno, porque o frequente é esse lugar ser no subsolo ou no sótão de edifícios, geralmente antigos e/ou antiquados, lugar inóspito, inacessível e caótico para onde se lançam com desprezo quilos e quilos de “papel velho”,

¹ Cf.: FÁRIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc.*. Lisboa: Guimaraes Editores, 1988. p. 40.

² Cf.: *Ibidem*, p. 324.

³ Cf.: *Ibidem*, p. 207.

⁴ Um exemplo basta para ilustrar tal sincretismo: no Métrôn ou templo de Cibele em Atenas passaram-se a guardar a partir de determinada altura *as leis e decretos governamentais, as actas das reuniões do Senado, os documentos judiciais e financeiros, os inventários, as listas de efebos, etc. Também lá se encontravam os exemplares oficiais da obra dos grandes trágicos e alguns documentos privados de valor excepcional, como o testamento de Epicuro* (cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; Ramos, Júlio; REAL, Manuel Luís – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999. vol. 1, p. 59).

⁵ Cf.: FERNÁNDEZ, Luís Alonso – *Museología: introducción a la teoría y práctica del museo*. Madrid: Ediciones Istmo, 1993. p. 27.

⁶ Ver: *Les lieux de mémoire. Dir. Pierre Nora*. Paris: Éditions Gallimard, 1986, 2 volumes (2º vol. com 3 tomos).

não é a mesma coisa que falar de informação e documentação. Esta diferença é recente na literatura arquivística, como lembra José Maria Jardim⁷, cabendo a autores canadianos – Jean-Yves Rousseau e Carol Couture⁸, corifeus da Arquivística Integrada – a nova tónica na informação/documentação arquivística, ou seja, nas *informação registada orgânica*, enquanto resultado da acção e móbil das organizações (uma diversidade infinita de entidades públicas e privadas) no passado, no presente e no futuro – uma memória acumulada de amanhã contínuos...

E com o Museu a diferença de planos se acentua mais, porque a variedade das colecções é grande e complexa e daí uma série de questões. Eis algumas: que afinidades substanciais tem uma colecção de obras de arte (pintura e escultura) com colecções de mobiliário usado ao longo de diversas épocas, de alfaias agrícolas, de máquinas industriais, de meios de transportes, etc. etc.? Que distinção é possível encontrar entre uma colecção de artefactos vários e *uma qualquer colecção organizada de livros e de publicações em série e impressos*⁹? E que dizer de uma definição de Museu *colecção de documentos de interesse científico ou cultural conservados de forma permanente e que podem estar patentes ao público*¹⁰? Não é, aliás, inédita a perspectiva de considerar quaisquer artefactos (uma lâmina de microscópio ou uma ânfora romana) como documento, isto é, como suporte/meio de uma designação e de diferentes indicações para o sujeito-observador. No entanto, há em tal perspectiva um evidente equívoco: o artefacto suscita informação, mas não se confunde com ela e nem é materialmente um mentefacto (uma representação mental e subjectiva), mesmo que este esteja sempre na origem e na produção artesanal ou industrial de objectos materiais (veja-se, a este propósito, o que se passa com a actual e exigente arte do *design*).

Note-se que a noção muito usada de colecção, aplicada, de início, sinceramente, a livros, documentos e objectos vários, passou ao longo do século XX a servir de linha separadora do património cultural bibliográfico e museístico do património arquivístico (diplomas e documentos régios, jurídico-administrativos e políticos manuscritos por funcionários especializados segundo modelos caligráficos caídos em desuso e, por isso, de difícil descodificação) abrangido, desde 24 de Abril 1841, pela noção incorporacionista de fundo, atribuída, pelos franceses, ao arquivista e historiador do Ministério do Interior, Natalis de Wailly¹¹. Colecção

⁷ Ver: JARDIM, José Maria – *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental* Niterói: EDUF-Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 29.

⁸ Cf.: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, p. 63-69.

⁹ Cf.: FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – *Dicionário do livro*, ob. cit., p. 40.

¹⁰ Cf.: *Ibidem*, p. 231.

¹¹ Sobre e génese e evolução desta noção ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística...*, ob. cit., p. 107 e seg.

e colecionismo ficaram conotados com a acumulação intencional, aleatória e temática de objectos, enquanto fundo tem, sobretudo para os arquivistas desejosos de acentuar bem a sua alegada autonomia profissional, um sentido orgânico, “pre-tereintencional” e não temático, ou seja, os documentos são supostamente produzidos como consequência de uma ordem (e rotina) administrativa e institucional anterior e superior à vontade das pessoas ou dos funcionários que os produzem em série, bem como dos chefes e políticos responsáveis máximos pelo rumo da Administração e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judicial de qualquer Estado.

O sincretismo mencionado foi, de facto, um denominador comum pelo menos até ao século XVIII: “papéis” antigos de temática político-administrativa, incunábulo e outras raridades bibliográficas e gabinetes de curiosidades (para cuja difusão muito contribuíram o Humanismo, a Renascença, o colecionismo diversificado e mais ou menos esclarecido de grandes Mecenas) tendiam a formar uma realidade única e inseparável. Tendência desenvolvida na Modernidade e aí subvertida pela necessidade iluminista de classificar, de separar ideias e coisas e de buscar a pretensa objectividade científica (tanto no plano natural e físico, como no plano humano e social), pelo aparecimento do Estado-Nação, pelo fomento capitalista e pela complexificação global das sociedades. A uma fase sincrética e custodial sucedeu, após o final do século XVIII, uma fase técnica e custodial (1898-1980) que atravessa, actualmente, uma progressiva e irreversível viragem rumo a um paradigma que se antevê científico e pós-custodial¹².

Neste processo evolutivo há uma progressiva valorização da teoria: os diversos *constructo* sócio-culturais – Arquivo, Biblioteca e Museu – foram tendo uma correlação com disciplinas científico-técnicas legitimadoras de profissões emergentes e exercidas nesses *constructo*, ou seja, nesses “lugares de memória” institucionalizados.

Vale, por isso, a pena que nos detenhamos já em algumas definições até agora aceites:

- **Arquivística** – ciência que tem por objecto os *arquivos* 1.¹³ *os princípios e métodos da sua constituição, conservação 1, organização e comunicação*. v. *tb Gestão de arquivos*¹⁴.

¹² Ver: *Ibidem*, p. 210.

¹³ A saber: *Arquivo*. 1 *Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação* 1. v. *tb Fundo ou núcleo*. 2. *Instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação 1, organização e comunicação dos documentos de arquivo*. 3 v. *Depósito 1* (cf. ALVES, Ivone [et al.] – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto Biblioteca Nacional e do Livro/ Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação, 1993. p. 7).

¹⁴ Cf.: *Ibidem*, p. 7.

- **Biblioteconomia** – teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de bibliotecas, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas¹⁵.
- **Bibliotecologia** – ciência que tem por objecto o estudo da formação e do funcionamento das bibliotecas¹⁶.
- **Documentação** – é ciência e é informação: como ciência situa-se no contexto da ciência da ciência e, por isso, utiliza os conceitos da mesma; como informação se aproveita dos conceitos. E as duas componentes se unem no propósito de estudar os processos de comunicação científica tendentes a estabelecer as bases dos novos conhecimentos. O seu objecto é o “ser documentado”, como o objecto da Lógica é o “ser de razão”¹⁷.
- **Museologia** – conforme expressa o termo na sua dupla origem etimológica grega, é a ciência do museu. Até 1945 foi precedida pela Museografia, definida como a teoria e prática da construção dos museus, incluindo os aspectos arquitectónicos, de circulação e as instalações técnicas, vindo depois a abranger outros aspectos, a saber: as aquisições, os métodos de apresentação, o armazenamento de reservas, medidas de segurança e de conservação, restauro e actividades culturais projectadas a partir dos museus. A passagem do nível prático e concreto para o nível teórico, normativo e planificador consagrou a dimensão científica ou museológica¹⁸.

¹⁵ Cf.: FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – *Dicionário do livro*, ob. cit., p. 42-43.

¹⁶ Cf.: *Ibidem*, p. 42. Não fica, porém, explicado em tão sucinta e lacónica definição se esse objecto de estudo – as bibliotecas – é “qualquer colecção organizada de livros e de publicações em série e impressos” ou se é o “Organismo ou parte de uma organização cujo objectivo principal é organizar colecções, actualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso...”. Elas não especificam, mas era importante fazê-lo pois trata-se de coisas bem diferentes: uma a instituição ou organismo outra a colecção!

¹⁷ Cf.: LÓPEZ YEPES, José; ROS GARCÍA, Juan – *Qué es documentación?: teoría e historia del concepto en España*. Madrid: Editorial Síntese, 1993. p. 75-76. E os autores acrescentam o seguinte: *Nuestra disciplina puede, en fin, configurarse en cuerpo sistemático de conocimientos como ciencia y doctrina, por una parte; como técnica por otra y como y como organización, en tercer lugar. a) Como ciencia: el estudio de todos los aspectos desde los que su objeto – el documento – puede ser examinado. b) Como técnica: el estudio de todas las reglas e instrumentaciones relativas a las operaciones de producción, circulación, conservación y utilización de documentos. c) Como organización: el estudio de los esfuerzos individuales e institucionales en el trabajo intelectual y la cooperación documentaria en todos los campos* (cf. *Ibidem*, p. 76-77).

¹⁸ Cf.: FERNANDEZ, Luís Alonso – *Museologia*, ob. cit., p. 37. Em nota no final do capítulo o mesmo Autor cita Aurora León a respeito do que deve entender-se hoje por Museologia: *La Museología es ciencia social no sólo porque produz un enfrentamiento dialéctico público-museo sino porque el mismo contenido del museo – el objeto – es un elemento esencialmente socializado. Es decir, que el material básico de análisis procede de la realidad histórico-social, lo que supondría un detenido estudio de la sociedad actual que, por la complejidad de fenómenos que presenta, desbordaría los límites del tema. (...) También como ciencia histórica ha nacido de un necesario apoyo a la cultura,*

É bem sabido que a quase totalidade das disciplinas focadas surgiram e têm girado na órbita do desenvolvimento positivista e científico da História, adquirindo, de início, a condição subsidiária de “ciências auxiliares” que, mais tarde, foi posta em causa e substituída por uma infrene (e, em nossa opinião, indefensável) estratégia autonomista. O leque era amplo e ia da Paleografia, da Diplomática, da Codicologia, da Sigilografia, da Numismática, da Epigrafia, da Arqueologia até à Arquivística, à Bibliotecologia e à Museografia/Museologia. Todas, sem excepção, tiveram sua origem e razão de ser no campo epistémico da História, ou seja, nas exigências intrínsecas do conhecimento histórico. E à medida que este se expandiu e consolidou académica e institucionalmente ao longo do século XIX também as noções de memória¹⁹ e de património²⁰ se fixaram no vocabulário social, sendo hoje dominantes no enquadramento cultural e teórico-prático das proclamadas ciências dos Arquivos, das Bibliotecas e dos Museus.

Nas definições apresentadas percebe-se que as práticas de custódia, de preservação e de organização dos objectos culturais, incluindo documentos avulsos e livros, sempre precederam a compreensão teórica, que confere estatuto científico a essas disciplinas. Uma cientificidade controversa, atacada por uns devido à falta de consistência epistémica e defendida por outros com o argumento de que não se pode invocar o modelo das ciências exactas e naturais para o estudo científico do património arquivístico, bibliográfico e museístico. E nas mesmas definições sobressaem ainda outros aspectos: o vincado peso do fazer, do agir de acordo com um conjunto preciso e rotineiro de competências manuais e visuais, em suma, da *técnica*; a dupla materialidade dos respectivos objectos, isto é, o livro, o documento, o artefacto mais díspar, e os espaços institucionalizados (um Serviço ou organismo instalado num edifício mais ou menos adequado) onde os acervos arquivísticos, bibliográficos e museísticos são conservados e disponibilizados a públicos diferenciados; e a imprecisão da componente científica, implicitamente situada no campo vasto e vários das ciências sociais, mas sem indicações

a la que ayuda a buscar nuevos planteamientos, y de comportar los medios más eficaces de divulgación de los conocimientos y de creación de la sensibilidad artística y científica. (...) La finalidad de la ciencia museológica – como la de toda disciplina científica – radica en la obtención de resultados que suministren datos reales y eficaces para la Historia. (...) La Museologia comporta todos los caracteres – sujeto, objeto, sentido, medios, y finalidad – que la constituyen autónoma y cualitativamente se confirma como ciencia al contar con tres elementos básicos: 1º Ser expresiva de algo real (elemento histórico); 2º Ser explicativa de forma global de contenidos y comportamientos parciales (elemento teórico); 3º Ser emisora de métodos empíricos (elemento práctico). Por tanto, los hechos, los principios, los juicios estimativos y normas fundamentan el carácter científico de la Museologia (cf. Ibidem, p. 44-45).

¹⁹ Ver: LE GOFF, Jacques – Memória. In *Enciclopédia Einaudi. Volume 1 – Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 11-50.

²⁰ Ver, entre outros: BABELON, Jean-Pierre e CHASTEL, André – *La notion de patrimoine*. Paris: Editions Liana Lévi, 1994.

teórico-metodológicas que permitam identificar minimamente ciência com produção (dedutiva ou indutiva) de conhecimento especializado.

Há, pelo que ficou exposto, um paradigma ainda dominante no qual se inscrevem e se legitimam a Arquivística, a Bibliotecologia/Biblioteconomia, a Ciência da Documentação e a Museologia. Um paradigma que pode ser designado de diversas formas: historicista, empírico-tecnicista, documentalista, empírico-patrimonialista, etc., sendo nítida em duas delas a ênfase posta na experiência sensorial (empirismo) dos artefactos e bens culturais (património) que substancializam o Arquivo, a Biblioteca e o Museu. Pode, por isso, falar-se de um empirismo patrimonialista forjado pelo labor historiográfico e pela valorização afectiva, estética e económica do que é antigo e raro. Mas mais relevantes que estes traços genéricos são os traços específicos que ajudam a identificar melhor o paradigma de que falamos:

- a) sobrevalorização da custódia/guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da actividade profissional de arquivistas, bibliotecários e museólogos;
- b) ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação moderno e como construção intelectual de passado(s) fundador(es) extremamente útil para a justificação ideológica, jurídico-administrativa e político-institucional, tanto actual, como futura, através de pretensas antinomias – valor probatório *versus* valor informativo e intelectual, verdade administrativa *versus* cultura científica e técnica, vontade de instruir *versus* intenção de entreter; etc., etc.
- c) importância crescente do acesso ao “conteúdo” dos documentos e aos próprios objectos através da elaboração de instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), mantendo-se, contudo, o acesso fortemente condicionado pela matriz custodial, historicista e patrimonialista; e
- d) distinção formal e profissional do arquivista, do bibliotecário e do museólogo, aceitando, porém, que todos eles são agentes culturais, lidam igualmente com património e todos conservam, preservam, coligem, ordenam, classificam e difundem *documentação* em sentido amplo (os artefactos que compõem as colecções museográficas são incluídos nessa categoria genérica).

À luz deste tipo de mentalidade ou de “visão geral das coisas” compreende-se o esforço cartesiano de Heloísa Liberalli Bellotto, que remonta a 1988²¹, ao

²¹ Houve, entretanto, aspectos que a autora certamente reviu e alterou, mas desconhecemos novas versões publicadas desta esquematização.

estabelecer e apresentar, em forma de tabela, as diferenças e as especificidades do Arquivo, Museu, Biblioteca e Centro de Documentação. O seu raciocínio director assentou na enumeração de diferentes características distribuídas por oito parâmetros, a saber:

- *quanto ao tipo de suporte*: o **Arquivo** inclui manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único; a **Biblioteca** inclui impressos, manuscritos, audiovisuais, exemplares múltiplos; o **Museu** inclui objectos bi/tridimensionais, exemplar único; e o **Centro de Documentação** inclui audiovisuais (reproduções), exemplares únicos ou múltiplos;
- *quanto ao tipo de conjunto*: o **Arquivo** inclui fundos, isto é, documentos unidos pela origem; a **Biblioteca** inclui colecção, isto é, documentos unidos pelo conteúdo; o **Museu** inclui colecção, isto é, documentos unidos pelo conteúdo ou pela função; e o **Centro de Documentação** inclui colecções, isto é, documentos unidos pelo conteúdo;
- *quanto ao produtor*: o **Arquivo** é abastecido pela máquina administrativa; a **Biblioteca** é abastecida pela actividade humana individual e colectiva; o **Museu** é abastecido pela actividade humana e pela natureza; e o **Centro de Documentação** é abastecido pela actividade humana;
- *quanto aos fins de produção*: os do **Arquivo** são administrativos, jurídicos, funcionais, legais; os da **Biblioteca** são culturais, científicos, técnicos, artísticos, educativos; os do **Museu** são culturais, artísticos e funcionais; e os do **Centro de Documentação** são científicos;
- *quanto ao objectivo*: o do **Arquivo** é provar, testemunhar; o da **Biblioteca** é instruir, informar; o do **Museu** é informar, entreter; e o do **Centro de Documentação** é informar;
- *quanto à entrada de documentos*: no **Arquivo** ocorre a passagem natural de fonte geradora única; na **Biblioteca** ocorre a compra, a doação, a permuta de fontes múltiplas; no **Museu** ocorre a compra, doação, permuta de fontes múltiplas; e no **Centro de Documentação** ocorre a compra, doação e pesquisa;
- *quanto ao processamento técnico*: no **Arquivo** faz-se o registo, arranjo, descrição, guias, inventários, catálogos, etc.; na **Biblioteca** faz-se o tombamento, a classificação, a catalogação e ficheiros; no **Museu** faz-se tombamento, catalogação, inventários e catálogos; e no **Centro de Documentação** faz-se tombamento, classificação, catalogação, ficheiros convencionais ou informáticos;
- *quanto ao público*: no **Arquivo** é o administrador e o pesquisador; na

Biblioteca é o grande público e o pesquisador; no **Museu** é o grande público e pesquisador; e no **Centro de Documentação** é o pesquisador²².

São muitas e óbvias as limitações desta tentativa separadora e clarificadora das especificidades desses quatro *constructo* sócio-culturais. Limitações que derivam, obviamente, do paradigma ainda dominante. E, desde logo, uma limitação surge flagrante: é a confusão entre “conteúdo” e “continente”, focada já no início deste item. Confunde-se, de facto, Arquivo/instituição com Arquivo/fundo, Biblioteca/instituição com colecção de documentos, Museu/instituição-espaco físico com objectos bi/tridimensionais e destaca-se o Centro de Documentação quando ele surgiu na primeira metade do século XX como um tipo de Biblioteca. Confundir ou, pelo menos, mesclar tacitamente objectos impressos²³ e vários artefactos com as instituições e os espaços físicos criados para a sua guarda, protecção e fruição pública é empiricamente (senso comum) possível, mas logicamente muito discutível. Comércio confunde-se com loja? Doente confunde-se com hospital? Justiça confunde-se com tribunal? etc., etc., etc. Há necessariamente espaços e estruturas institucionais adequadas ao exercício de múltiplas actividades humanas e sociais, mas isso não pode levar a que se tome a nuvem por Juno! Faz, pois, sentido a analogia e a interrogação: a gestão hospitalar é englobada pelo objecto das ciências médicas (Biologia e Química) ou, pelo contrário, implica princípios, procedimentos e questões da esfera da Administração e da Gestão, ramos de conhecimento diverso do bio-médico? A gestão de organismos culturais (Arquivos, Bibliotecas, Museus, Cinematecas, Teatros Nacionais, etc.) é ou não matéria que remete, também, para a mesma área Administrativa e de Gestão, apesar das naturais especificidades dos diferentes sectores (Saúde, Assistência, Cultura, Justiça e por aí fora...)? Pensamos que a tentativa de resposta a estas e outras perguntas é potencialmente esclarecedora e pode contribuir para que se ponha fim a um equívoco que, por distração generalizada ou pela combinação de vários factores, tem-se mantido intacto e encoberto!

Outra limitação surge, também, notória: os parâmetros escolhidos não são uniformes, ou seja, uns foram concebidos tendo em conta o Arquivo, a Biblioteca e o Museu enquanto organismos/serviços, outros remetem para o “conteúdo” ou o denominado “património cultural” (“herança histórica, artística, científica, té-

²² Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli – *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. p. 18.

²³ É sintomático do paradigma em foco que um conhecido e coevo historiador da cultura e do livro, Roger Chartier tenha sobrevalorizado no título escolhido para uma recente obra por ele dirigida o suporte dos textos e das imagens do que estas mesmas sobre as quais recai ou se centra, aliás, todo o acto de leitura e de fruição visual/cognitiva. Ver: *As Utilizações do objecto impresso (séculos XV-XIX)*. Coord. Roger Chartier. Alégis: Difel, 1998.

cnica... dos diversos povos, culturas e civilizações”²⁴) que aqueles concentram e outros – o objectivo e o processamento técnico – convocam directa ou indirectamente as respectivas disciplinas – a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação e a Museologia.

E para além destas evidências há vários paradoxos: dizer que o produtor de Arquivo/fundo é a máquina administrativa e que a actividade humana (individual e colectiva) produz a Biblioteca e o Centro da Documentação sugere que aquela máquina existe acima e à margem da vontade humana (suposição estranha!) e que a documentação arquivística é exclusivamente de natureza e de temática jurídico-administrativa e político-institucional; fixar o objectivo do Arquivo em provar e testemunhar e o da Biblioteca, do Museu e do Centro de Documentação em informar (traço comum aos três) consiste, afinal, em excluir dos acervos bibliográfico e museístico a capacidade de servir de prova e de testemunho e em excluir da documentação arquivística a componente informativa, quando se sabe que o valor probatório e testemunhal é conferido de modo variável pelo sujeito (escritor/escritor e leitor/parte interessada), enquanto a matriz informativa – mesmo que não haja uma noção consensual sobre o que é ou o que deve entender-se por informação – antecede e prevalece sobre qualquer valor (apreciação de acordo com critérios mutáveis e diversos); e incluir no mesmo parâmetro – o tipo de suporte – manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único, exemplares múltiplos e objectos bi/tridimensionais, causa perplexidade quer por não se ficar a perceber de que tipo de suporte se fala – do papel, da matéria-prima usada na produção artesanal e industrial, da tecnologia vídeo e da tecnologia electrónica e digital ou, pelo contrário, da plumbagina do lápis, da tinta da caneta/da lapiseira e da tinta aplicada às chapas usadas nas máquinas de impressão? –, quer por ser associado ao suporte um aspecto de outro âmbito – saber se há um texto em versão única ou se essa versão foi reproduzida em série (publicada ou difundida).

As limitações apontadas e outras que ficaram omissas resultam inevitavelmente da necessidade corporativa de distinguir actividades profissionais sem questionar o paradigma subjacente. Resultam também da precipitada identificação de profissão com ciência, prática demasiado comum: basta que a profissão exista, obtenha algum reconhecimento público e desenvolva uma formação técnico-profissional média ou até superior para que persiga logo um estatuto científico que credibilize mais quem a exerce!

Continua-se a aceitar como referencial de realidade objectiva o património cultural (uma categoria intelectual demasiado genérica e difusa) em que se encaixam certas “construções” sensorialmente palpáveis e objectivadas – os Arquivos,

²⁴ Cf.: FERNANDEZ, Luís Alonso – *Museologia*, ob. cit., p. 123.

as Bibliotecas e os Museus – e, ao mesmo tempo, subsiste a preocupação de vincar as diferenças de natureza, de organicidade e de finalidade entre elas. Resultado: uma espessa confusão conceptual, um imbróglgio terminológico cada vez mais complicado e uma enorme incoerência teórica.

Não é preciso recorrer a uma observação muito fina e exigente para se descobrir que a busca dessas pretendidas diferenças não pode continuar a ser feita atra-vés da “casca” (da superfície), mas tem de descer ao “miolo” (ao cerne da questão).

A própria evolução verificada desde o final do século XIX na actividade teórico-prática referente ao Arquivo, à Biblioteca e ao Museu revela vários questionamentos internos muito importantes que deviam impedir a redutora simplificação patente na taxinomia proposta por Heloísa Liberali Bellotto: o Arquivo aí referido é o Histórico (contra o qual se insurgiram, até ao primeiro quartel de novecentos, os precursores do chamado *records management* ou gestão documental, hoje muito aceite e aplaudida: os holandeses Muller, Feith e Fruin, o inglês Jenkinson, o italiano Eugenio Casanova e outros), embora não seja obviamente omitida a sua articulação com as entidades produtoras de documentação; a Biblioteca mencionada é a pública e o Centro de Documentação entra, para muitos autores, na categoria das chamadas Bibliotecas Especializadas, apresentando fortes conexões com o Serviço-Arquivo de uma qualquer entidade visto que a documentação de ambos tem a ver com as necessidades internas e orgânico-funcionais dos organismos onde eles surgem; e o Museu, à excepção das pinacotecas (pintura e desenho²⁵) se é verdade que está estreitamente vinculado a um espaço físico – um edifício atulhado de objectos, sendo esta uma imagem anacrónica rejeitada pela nova Museologia²⁶, ou espaços naturais e amplos, ecossistemas e zonas construídas que formam conjuntos coerentes e abertos a uma fruição interactiva – também é um facto que encerra matéria sobre a qual se debruçam ou se apropriam diferentes saberes: a Arqueologia, a História Militar, a História de Arte, a

²⁵ Uma pintura a óleo, a acrílico ou um desenho a crayon em tela, em papel ou em qualquer outro tipo de suporte são representações mentais, ou seja, mentefactos como um texto, uma fotografia, um filme, um gráfico ou uma equação matemática. Daí que excluamos o Museu de Arte (pintura e desenho) do universo museístico em geral, aproximando-os muito de um Centro de Documentação, de uma Biblioteca Especializada e até de um Arquivo (o atelier de um pintor identifica-se, em nossa opinião, com um sistema originário de informação). Para um aprofundamento deste tópico recomenda-se a leitura de DÉOTTE, Jean-Louis – *Le Musée, l'origine de l'esthétique*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1993.

²⁶ Sugere-se para uma iniciação ao tema: *The New museology*. Ed. by Peter Vergo. London: Reaktion Books, 1993; e BENNETT, Tony – *The Birth of the museum: history, theory, politics*. London; New York: Routledge, 1994; *Theorizing museums: representing identity and diversity in a changing world*. Ed. by Sharon Macdonald and Gordon Fyfe. Oxford: Blackwell Publishers; The Sociological Review, 1996.

Antropologia, a Etnografia, a Paleontologia, a Arquitectura, a Física, a Mecânica, a Botânica, etc²⁷. E se assim é pergunta-se: o que claramente distingue, do ponto de vista epistemológico, o museólogo do arqueólogo, do historiador de arte, do antropólogo, do paleontólogo, do artista ou do arquitecto? Talvez apenas um aspecto subtil, mas decisivo: a musealização dos objectos/artefactos, entendida como o conjunto de procedimentos técnicos e artísticos que possibilitam a concretização do programa proposto por Walter Benjamin, em 1939 – o exercício do juízo estético, do gosto²⁸, detonador de vivências emotivas e cognitivas, usado, por isso, com êxito nas estratégias holísticas de aprendizagem. Mas será a musealização em si mesma científica? Reclamam os actuais defensores da Museologia que ela cumpre uma função verdadeiramente científica que consiste em fazer avançar o sector da realidade investigada através do conhecimento objectivo e comprovável. E ela teria conseguido *em pouco mais de um século fazer avançar de maneira surpreendente não só a realidade viva da instituição em si, mas também o conhecimento objectivo da história, estrutura e organização, funções e aperfeiçoamento técnico e sociocultural do museu*²⁹. Mas será que este tipo de conhecimento obedece aos requisitos essenciais do conhecimento científico “objectivo e comprovável” de fenómenos humanos e sociais e não apenas de instituições ou de concretizações indissociáveis de uma conjuntura ou contexto? Temos – declaramo-lo já numa atitude dialogante e problematizadora – profundas reservas e dúvidas...

Urge trazer à colação a ciência e o que entendemos por ela. Desafio importante que suscita escolhas lúcidas e, por isso, assumimos, aqui e já, uma concepção de ciência, liberta, por um lado, da recorrente influência do programa duro das “ciências exactas” extensivo a todos os ramos do saber e protegida, por outro, dos excessos relativistas a que leituras equivocadas das propostas pós-modernistas têm conduzido³⁰.

Se continuarmos a tomar como válida e operatória, matizada, porém, pelas prevenções epistemológicas de Boaventura Sousa Santos³¹, uma visão da ciência como *pesquisa sistemática e que visa a construir um ou mais sistemas de conhecimentos, de resultados; quer dizer, anseia por apanhar nas suas malhas a integralidade do real, conquanto por aproximações sucessivas, por sistemas*

²⁷ Sobre este tópico ver, por exemplo: WEIL, Stephen E. – *Rethinking the museum*. Washington; London: Smithsonian Institution Press, 1990. p. 74-89.

²⁸ Ver: DÉOTTE, Jean-Louis – *Le Musée, l'origine de l'esthétique*, ob. cit., p. 9 e seg.

²⁹ Cf.: FERNANDEZ, Luís Alonso – *Museologia*, ob. cit., p. 35.

³⁰ Uma quase caricatura, polémica, mas oportuna, sobre tais excessos foi traçada por: SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean – *Imposturas intelectuais*. Lisboa: Gradiva, 1999.

³¹ Ver: SANTOS, Boaventura Sousa – *Um Discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1987; e Idem – *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1989.

*explicativos parciais que pouco a pouco se vão integrando em totalidades mais amplas. Pesquisa sistemática, antecipa-se às situações que podem vir a apresentar-se ao homem, pondo ao seu dispor os meios para agir em qualquer caso; em vez de criar um instrumento para cada caso e de inventar a maneira de resolver este ou aquele caso, procura dotá-lo com um ferramental que valha em situações diversíssimas e com regras para se conduzir nessas situações*³²; se girar, pois, em torno deste eixo a construção do conhecimento científico, centrado, inclusive, nos fenómenos humanos e sociais, afigura-se-nos muito difícil que a Arquivística, a Biblioteconomia e a Museologia possam ser consideradas efectivamente como ciências. A dificuldade adensa-se se tivermos em conta o “perfil” das três disciplinas exposto esquematicamente no nº 34 (Janeiro/Março de 2001) do *Boletim Informativo* do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina:

ARQUIVOLOGIA

- **Fundamentos teóricos:** História dos arquivos e da Arquivologia. As interfaces da Arquivologia com o Direito, a Administração e a História. Os princípios de proveniência, organicidade, unicidade e integridade. Ciclo vital dos documentos; teoria das três idades. Funções arquivísticas: produção, avaliação, classificação, descrição, conservação e difusão. Bases legais e éticas da profissão.
- **A génese documental:** O contexto de produção dos documentos de arquivo. Modalidades redacionais antigas e contemporâneas: Paleografia e Diplomática. Caracteres extrínsecos dos documentos: categoria, género, espécie, tipo, sinais de validação, forma, formato e suporte. Recebimento, registo, distribuição e tramitação.
- **Avaliação:** Valores primários e secundários. Elaboração de Tabelas de Temporalidade e destinação de documentos: guarda temporária, guarda permanente e eliminação. Diagnóstico de arquivos.
- **Processamento técnico:** Caracteres intrínsecos dos documentos: proveniência, função e teor. Análise documentária. Classificação e ordenação: fundos, grupos e séries. Descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa: guias, inventários, catálogos, índices e edição de textos. Conservação: acondicionamento, tecnologias da informação aplicadas aos arquivos.

³² Cf.: GODINHO, Vitorino Magalhães – Em torno de: o que é a ciência. In *Ensaio: IV-Humanismo científico e reflexão filosófica*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971. vol. 5, p. 184.

BIBLIOTECONOMIA

- **Fundamentos teóricos:** História das Bibliotecas e da Biblioteconomia. O papel e a missão do bibliotecário na sociedade. As etapas de geração, tratamento, difusão, recepção e uso da informação. As interfaces da Biblioteconomia com as demais ciências. Bases legais e éticas da profissão.
- **Organização e tratamento da informação:** Descrição física e temática da informação e do conhecimento. Aplicação de códigos, normas e formatos disponíveis. Uso da informática nos serviços de informação. Desenvolvimento e gestão de banco de dados e bibliotecas digitais. Metodologia de análise e avaliação de sistemas de informação. Automação de unidades de informação.
- **Recursos e serviços de informação:** Fundamentos, princípios, processos e instrumentos do serviço de referência: selecção, aquisição, avaliação, descarte, preservação, conservação e restauração de recursos de informação. Normas para o desenvolvimento de colecções. Fontes de informação impressas, electrónicas e digitais; conceitos, tipologia, acesso, utilização e avaliação. Estudos e educação de usuários. A indústria da informação, geração, produção e comercialização de documentos, fontes e serviços de informação. Serviços de referência, de extensão e acção cultural.
- **Gestão de unidades e serviços de informação:** Princípios e evolução da administração e da teoria organizacional. Funções da administração: planeamento, organização, execução, controle, mensuração e avaliação. Gestão de *marketing*, de recursos humanos e financeiros e físicos, de produção e de materiais. Qualidade aplicada ao contexto das unidades e serviços de informação.

MUSEOLOGIA

- **Fundamentos teóricos:** História dos museus e da museologia. Teoria museológica. Cultura material e práticas culturais. A semiologia aplicada ao museu. Coleccionismo e novas formas de musealização. Funções científicas, educativas e sociais. As interfaces da Museologia com as demais ciências. Bases legais e éticas da profissão.
- **Documentação:** Aquisição, registo, classificação, indexação e inventário de acervo. Pesquisa de identificação e contextualização: o conhecimento do objecto. Sistemas de recuperação de informações. Tecnologias da informação aplicadas aos museus.
- **Conservação:** Guarda, acondicionamento e transporte. Estudo de materiais. Condições ambientais. Conservação preventiva. Operação de intervenção.

- **Gestão de programas e serviços em museus:** Planejamento, organização, execução, avaliação. Gestão de recursos humanos, financeiros, físicos, de produção e materiais³³.

A exposição apresentada peca por ser confusa e muito pouco “sistemática”. Seria de esperar que aparecessem assinalados, com extrema clareza, o objecto e o método das disciplinas em confronto, mas, em vez disso, deparamos com uma mescla de elementos, uns pertencentes ao núcleo (ou *core*) disciplinar e outros (vários) completamente estranhos a esse núcleo. Com efeito, a gestão de recursos humanos, financeiros, físicos, de produção e de *marketing* não é específica do conhecimento biblioteconómico e museológico, sendo, obviamente, uma aplicação à realidade institucional das Bibliotecas e dos Museus dos ensinamentos das Ciências da Administração, da Sociologia das Organizações e da Teoria Organizacional. E um outro exemplo flagrante respeita aos problemas de conservação e restauro de materiais que podem e devem merecer a atenção do arquivista, do bibliotecário e do museólogo, mas a sua resolução técnico-científica cabe sobretudo a especialistas formados no campo de ciências exactas e naturais (a Física, a Química e outras). Há, também, um nítido desequilíbrio na caracterização ensaiada, servindo de ilustração a mínima referência, no “tronco” arquivológico, às *tecnologias da informação aplicadas aos arquivos* e, no “tronco” museológico, às *tecnologias da informação aplicadas aos museus* em contraste com a ênfase posta na *organização e tratamento da informação* mediante o *Uso da informática nos serviços de informação. Desenvolvimento e gestão de bancos de dados e bibliotecas digitais. Metodologia de análise e avaliação de sistemas de informação*, como se a gestão da informação fosse quase um exclusivo da Biblioteconomia! Curiosamente, o tópico da *preservação, conservação, restauração, acondicionamento e armazenamento* é transversal às três disciplinas, confirmando, assim, o paradigma custodial e empírico-patrimonialista que lhes está subjacente.

2. MUDANÇA DE ENFOQUE E DE PARADIGMA

A crise desse paradigma, ainda predominante e persistente, ficou anunciada, pelo menos, quando o belga Paulo Otlet³⁴ se dispôs a dar a resposta que a segunda

³³ Cf.: Arquivologia. Biblioteconomia. Museologia. Níveis de abrangência. *Boletim Informativo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Associação de Amigos do Arquivo Público*. Florianópolis. 34 (Jan.-Mar. 2001) 8.

³⁴ Embora se possa discutir sempre a paternidade de um conceito ou de uma disciplina, os autores que se têm debruçado sobre a “ciência da Documentação” apontam o belga como o fundador da

vaga de industrialização do último quartel de oitocentos estava a exigir: o desenvolvimento da ciência e da técnica aplicadas ao progresso industrial e económico requeria um acesso rápido e fácil aos livros, revistas, boletins especializados e respectivos artigos ou secções temáticas. O acesso visava cada vez mais o conteúdo e menos o formato editorial dado ao assunto. Os acervos bibliográficos antigos e desactualizados podiam continuar a interessar a uma determinada espécie de sábios e de eruditos (acumuladores e frequentadores de Bibliotecas), mas eram inúteis para quem tinha de prosseguir novas descobertas, aperfeiçoá-las, discuti-las e reformulá-las.

As bibliografias especializadas ou temáticas e a expansiva adesão à chamada classificação decimal universal (modelo de classificação bibliográfica capaz de abarcar a totalidade dos conhecimentos alcançados na Modernidade a partir de dez classes principais, ramificadas em subdivisões, e cujas linhas gerais foram explicadas, em 1876, pelo seu autor Melvil Dewey) trouxeram o conteúdo para plano central da pesquisa em detrimento do “continente” ou suporte. Esta mudança de enfoque foi, contudo, parcial e ambígua. Ambiguidade que se detecta, aliás, no título de um trabalho de Otlet, editado no ano de 1905, em Bruxelas: *L'Organisation de l'information et de la documentation en matière économique*. A par estão dois termos e conceitos: informação e documentação, tendo este prevalecido e predominado, pois figura no título da uma obra de fôlego – *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*.

As dúvidas e a hesitação de Otlet persistem até hoje ligadas à disciplina que ajudou a fundar – a Documentação, definida atrás –, como persiste ainda o paradigma custodial, que também é historicista, tecnicista e, obviamente, *documentalista*³⁵ A materialidade palpável do registo de palavras, números, imagens e figuras num suporte – o papel – manteve-se como um imperativo óbvio e incontornável, o que tornou o documento, ou seja, o suporte, no qual se haviam fixado as mensagens, os assuntos, em suma, a produção intelectual e criativa, objecto natural de toda e qualquer disciplina que sobre ele incidisse global ou parcialmente – a codicologia é definida como a *ciência que tem por objecto o estudo dos códices nos aspectos materiais e históricos que não se refiram à escrita, da qual se ocupa a paleografia*³⁶; a paleografia é a *leitura e estudo das*

“história da documentação e suas técnicas”, pois terá sido ele quem utilizou o termo tanto para designar a actividade específica de recolher, como para processar, buscar e difundir documentos” (cf. LÓPEZ YEPES, José; ROS GARCÍA, Juan – *Qué es documentación?*, ob. cit., p. 30-31 e 141).

³⁵ Ver: RIBEIRO, Fernanda – Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science: international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 296-299.

³⁶ Cf.: FERREIRA, Paulo Gaspar – *Dicionário técnico de termos alfarrabísticos*. Porto: In-Libris, Sociedade para a Promoção do Livro e da Cultura, 1997. p. 52.

escrituras e documentos antigos³⁷; a diplomática é a ciência que estuda a tradição, a forma e a elaboração dos actos escritos; tem como objectivos fazer a sua crítica, julgar a sua sinceridade, apreciar a qualidade do texto e extrair das fórmulas todos os elementos de conteúdo susceptíveis de serem utilizados pelo historiador, datá-los, editá-los³⁸; esfragística ou sigilografia é a ciência que se ocupa dos selos antigos, sinetes ou marcas, apostos sobre cera ou lacre³⁹; a iconografia é o estudo dos assuntos representados nas obras de arte através de imagens pintadas, esculpidas ou produzidas por qualquer outra arte plástica, bem como das suas fontes e significado, classificando-os por tipos⁴⁰...

Panóplia diferenciada e atomista de olhares convencionalmente reunidos numa imprecisa e empírica área de saber(es) denominada de *Ciências Documentais*. E o objecto da Documentação ou de algumas dessas ditas ciências é, pois, o “ser documentado”, traço definatório que confere relevância não apenas ao acto e à intenção de registar, mas sobretudo ao facto de ter ficado registado em material durável e passível de ser preservado. Claro que é bem conhecida e demonstrada a articulação do suporte com o que nele é registado ou fixado, sendo óbvio o forte condicionalismo material e tecnológico sobre o acto de leitura e de fruição visual dos conteúdos, mas misturar e confundir planos fenomenológicos diversos é uma “armadilha” a evitar.

Em recente entrevista concedida a uma conceituada revista cultural o historiador João Luís Lisboa – actual director do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas – interrogado se um *texto gravado em pedra transporta ideias diferentes do mesmo texto impresso em papel?* respondeu: *São diferentes, porque funcionam de uma maneira diferente. Muitas vezes ouve-se aquela frase: “Eu gostei mais do livro do que do filme”. Ver o filme “O Nome da Rosa” não é o mesmo que ler o romance do Umberto Eco. O contacto que o leitor tem com uma obra não é igual ao de um espectador de cinema*⁴¹. Resposta equivocada, porque, em nossa opinião, se desvia do ponto essencial da pergunta e confunde código ou codificação com suporte. Entendemos, ao contrário, que o mesmo texto gravado em pedra ou impresso em papel não perde a semelhança originária (de produção) ainda que o suporte material seja diferente e as condições de leitura se alterem – mais confortável e fácil com o papel que com a pedra. Entendemos também que entre o livro e o filme *O Nome da Rosa* há uma diferença básica (originária) de

³⁷ Cf.: Ibidem, p. 130.

³⁸ Cf.: FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça – *Dicionário do livro*, ob. cit., p. 99.

³⁹ Cf.: FERREIRA, Paulo Gaspar – *Dicionário técnico de termos alfarrabísticos*, ob. cit., p. 75.

⁴⁰ Cf.: Ibidem, p. 97.

⁴¹ Cf.: ALMEIDA, Nuno Ramos de – *O Fim da biblioteca?* João Luís Lisboa. *Ler: Livros & Leituras*. Lisboa. 51 (Verão 2001) 13.

tipo de codificação e de tecnologia adstrita: a mesma ideia é representada através de uma codificação/descodificação diferente, situação distinta do registo de um texto em papel ou em pedra!...

A crise anunciada em finais do século XIX subsiste nos alvares do século XXI, porque a generalidade dos teóricos da Biblioteconomia (*Library Science*), da Ciência da Informação (*Information Science*, herdeira directa do Documentalismo da primeira metade de novecentos) e até da Arquivística – citámos atrás autores canadianos que enfatizaram a *informação registada orgânica* – não consegue isolar fenomenologicamente a informação do suporte. E, no entanto, a revolução tecnológica em curso, desde meados do século XX, consubstanciada, aliás, na realidade actual da *Sociedade da Informação* e precedida por uma sucessão preparatória e determinante de inventos e descobertas – a electricidade, a fotografia, o cinematógrafo, a transmissão de mensagens através de ondas hertzianas, a radiofonia, a microfilmagem, a máquina de fotocopiar, a televisão, etc. – tornou possível e observável a transferência dos conteúdos para diversos suportes e a simultaneidade de suportes com os mesmos conteúdos. Não está, obviamente, à vista o fim do documento (necessidade natural de registar informação num suporte externo), mas está definitivamente posta em causa a visão unidimensional e estática que prendia rigidamente o conteúdo ao “continente”. Está em crise a “civilização do papel nascida em 1450” que, segundo Derrick de Kerckhove, director do Programa McLuhan de Cultura e Tecnologia da Universidade de Toronto⁴², será substituída pela “civilização da informédia”, “moldura” de um novo paradigma emergente, onde a pluralidade e a coexistência de suportes relança e projecta para primeiro plano o fenómeno/processo da informação, surgido em pleno, há milhares de anos, com o *homo sapiens sapiens* e que parece estarmos, agora, a redescobrir – Anthony Wilden usa mesmo a expressão *À redescoberta da informação*⁴³.

Quanto tempo durará esta crise prolongada que se arrasta há mais de um século? Não podemos prever, mas podemos afirmar com rigor que ela é indelmentável e perceptível em muitas das reflexões e análises disponíveis na literatura internacional sobre a temática/problemática da informação, consagrada já como verbete de um dos volumes da original e imprescindível *Enciclopédia Einaudi*⁴⁴.

O debate e a análise crítica tendem a intensificar-se, desenhando um enfoque diferente e montando, conseqüentemente, os alicerces de um paradigma novo, que

⁴² Derrick de Kerckhove foi discípulo e identifica-se com a obra charneira do futurólogo MCLUHAN, Marshall – *A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

⁴³ Cf.: WILDEN, Anthony – Informação. In *Enciclopédia Einaudi. Volume 34 – Comunicação-Cognição*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001. p. 11.

⁴⁴ Ver: *Ibidem*, p. 11-77.

o excerto escolhido para epígrafe desta comunicação, da autoria de Ruth San Payo⁴⁵, permite pôr em relevo. Quando refere que todo o *indivíduo tem dentro de si um manancial de vivências registadas como na memória de um computador* e passadas a papel ficam *partículas de lembrança*, ela está, implicitamente, a dizer-nos que as vivências memorizadas e representadas psicologicamente (ideias e afectos) passam para o papel através de uma codificação específica – a língua escrita – operada ainda a nível mental (na psiqué do sujeito). Essa codificação escrita ou falada é que permite o registo num suporte externo ao *sujeito que pensa e fala*. Sem ela tal registo seria impossível e, por isso, se pode inferir a existência de algo já completamente formado/estruturado antes da materialização plena. Com Bruno Lussato, autor de um trabalho imprescindível⁴⁶, mas que muitos teorizadores da Ciência da Informação parecem desconhecer, compreendemos que a informação registada/documentada mais não é do que a coisificação da informação psicológica, sublinhando oportunamente Jean-Antoine Malarewicz que *qualquer informação só pode ser veiculada, transmitida e reutilizada, de uma forma ou outra, ao mesmo tempo que é psicologicamente integrada. Trata-se de um “tratamento” ao qual ela não pode escapar. É mesmo esse o objecto de toda a cultura*⁴⁷ Encontramos, enfim, neste tipo de enfoque a “linha de água” essencial que separa e distingue a informação do suporte (documento).

De modo sinóptico e didáctico Anthony Wilden começou o seu verbete sobre informação, atrás citado, esclarecendo que o conceito alarga-se hoje a dois sentidos *recentemente surgidos e relativamente específicos*. O primeiro é o sentido estritamente técnico ou tecnológico em que informação é a quantidade mensurável em *bit (binary digit)*, ou seja, a informação métrica da teoria clássica da informação de Claude Shannon, da teoria combinatória e estatística da informação – em rigor esta teoria reporta-se mais à comunicação de mensagens –, baseada na lógica e na matemática da probabilidade. Pode ainda agregar-se a este sentido o uso científico do conceito na Física (veja-se a célebre experiência hipotética do demónio de Maxwell de 1871, aplicada à termodinâmica) e na Biologia. O segundo sentido implica uma abordagem diversa, que pode, porém, servir-se da primeira nos casos em que seja aplicável, como acontece, por exemplo, na logística da transmissão da informação mediante sistemas artificiais (a comunicação via radar ou satélite): *O segundo sentido é, porém, sempre qualitativo antes de ser quantitativo, como de facto deveria ser (apesar de tudo, a quantidade é um tipo de qualidade, ao passo que o inverso não se verifica). (...) A informação apre-*

⁴⁵ Cf.: SAN PAYO, Ruth – *Tempos que já lá vão*. [Melgaço]: s.n., [2001]. contra-capa.

⁴⁶ Ver: LUSSATO, Bruno – *Informação, comunicação e sistemas: teoria da imprinting e elementos para uma teoria da informação psicológica: ensaios*. Lisboa: Dinalivro, 1995. p. 181-352.

⁴⁷ Cf.: contra-capa de Ibidem.

*senta-se-nos em estruturas, formas, modelos, figuras e configurações, em ideias, ideais e ídolos; em índices, imagens e ícones; no comércio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes e símbolos; em gestos, posições e conteúdos; em frequências, entonações, ritmos e inflexões; em presenças e ausências; em palavras, em acções e em silêncios; em visões e em silogismos. É a organização da própria variedade*⁴⁸.

Aceitamos, genericamente, a caracterização desse segundo sentido e é claramente nele que fundámos a nossa proposta de definição da informação, a seguir apresentada. Divergimos, porém, num aspecto significativo: ao contrário de Wilden e na pegada, por exemplo, de Sanchez-Bravo Cenjor⁴⁹ e de Harold Borko⁵⁰, insistimos no seu carácter fenoménico-processual. Diferentemente da noção de património (categoria intelectual de formulação recente), a informação concretiza-se genotipicamente e manifesta-se ao nível da consciência do ser humano. Temos, assim, o objecto a fazer parte do sujeito, o observador é parte da “coisa” observada e este “hibridismo” não pode ser escamoteado, construindo-se com ele e apesar dele o conhecimento científico mais próximo de um paradigma pós-moderno. E já que uma vez mais evocamos o acto de conhecer parece-nos oportuna uma prevenção imediata: não deve reduzir-se ou confundir-se informação com a produção/difusão de conhecimento, que apenas é uma parcela da complexidade psicológica humana.

Sem cair em reducionismos negativos, mas procurando, ao mesmo tempo, delimitar, na medida do possível, um objecto cognoscível cientificamente, entendemos por **informação (humana e social) o conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes.**

Nesta proposta de definição, concebida para preencher uma manifesta lacuna – cada vez se fala mais de informação, mas continua-se a evitar definições clarificadoras e salutarmente provocatórias⁵¹ – sobressai a importância da linguagem (capacidade de articular ideias, sons e signos) e do código (a língua falada e escrita, a notação numérica, a notação musical, o desenho geométrico e artístico, etc.) que

⁴⁸ Cf.: WILDEN, Anthony – Informação. In *Enciclopédia Einaudi*, ob. cit., p. 11.

⁴⁹ Ver: SANCHEZ-BRAVO CENJOR, Antonio – *Manual de estructura de la información*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramon Areces, 1992. p. 15-44 e 139-218.

⁵⁰ Ver: BORKO, Harold – Information science: what is it? *American Documentation*. Washington. 19:1 (Jan. 1968) 3-5.

⁵¹ Yves-François Le Coadic, no livrinho editado pela P.U.F. na famosa colecção *Que sais-je?*, fez um esforço raro e meritório de definição: *A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impresa ou numérica), oral ou audiovisual* (cf. LE COADIC, Yves-François – *A Ciência da Informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos; Livros, 1996. p. 5; 1ª ed. francesa, 1994). Mas a sua definição é menos abrangente e ao enfatizar apenas o conhecimento é redutora.

são a base “coisificadora” da informação e a “substancializam” como fenómeno humano e social. A informação emerge, pois, da língua e da linguagem, confunde-se com discurso e texto e encerra propriedades intrínsecas essenciais, a saber:

1. acção (humana e social) estruturante – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação;
2. integração dinâmica – qualquer acto informacional surge num contexto específico de acção individual ou colectiva e integra-se dinamicamente em contextos correlativos;
3. pregnância – enunciação (máxima ou mínima) de sentido activo (*i.e.*, resultante da acção fundadora);
4. quantificação – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável quantitativamente;
5. reprodutividade – a codificação é reprodutível sem limite, possibilitando, assim, a retenção/memorização;
6. transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

Estas seis propriedades e, em particular, as duas últimas matizam a informação não apenas como fenómeno, mas como processo, inscrevendo-se nesta dimensão a noção de comportamento e respectivo conjunto de “etapas” em espiral – criação, difusão, organização, armazenamento, pesquisa e uso. A informação preenche, assim, o núcleo disciplinar de um campo científico próprio vivificado por uma estreita interdisciplinaridade e pela assunção de um paradigma emergente face ao qual surge anacrónica e atomista a “teoria” da documentação e ganha novo fôlego e consistência, devido ao seu potencial holístico, **a teoria e pensamento sistémicos**, tal como foram sintetizados por Piero Mella⁵². Teoria que não esgota, porém, o leque de modelos disponíveis para compreender, explicar e explorar metodicamente o fenómeno/processo em foco: a teoria das situações, perfilhada por Keith Devlin, instaura-se, por exemplo, como “ferramenta” alternativa e/ou complementar.

A nossa preferência vai claramente para a teoria e pensamento sistémicos, feitas, claro está, as adaptações necessárias ao conhecimento específico da informação humana e social (deste objecto se excluem a dimensão quantitativa e o uso do conceito nos planos físico, biológico, ecológico, etc.). Mas não é o tópico das escolhas teóricas que importa, agora e aqui, focar. O que realmente nos parece oportuno e relevante é chamar a atenção para os efeitos práticos da aposta na

⁵² Ver: MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997.

delimitação de um objecto de estudo que integre certas manifestações empírico-sensoriais (os pergaminhos, os manuscritos em papel, os incunábulo, os livros, as fitas magnéticas de gravação sonora, as cassetes vídeo, os *compact disk*, os *cd-rom*, etc.) na unidade fenoménica correlativa.

Partindo da definição de informação, que ficou exposta, o Arquivo, a Biblioteca, o Centro/Serviço de Documentação Científica, o Centro de Memória e o Sistema Tecnológico de Informação (*software* aplicado à gestão da informação nas Organizações) adquirem o estatuto de epifenómenos, significando este conceito que o “continente” depende e não pode sobrepor-se ao conteúdo: do Arquivo/Serviço ao STI há um mesmo e fundamental denominador comum que é a informação, objecto de estudo e de trabalho de arquivistas, de bibliotecários e documentalistas e de engenheiros de informática de gestão. As diferenças que os podem individualizar são apenas de carácter profissional, ou seja, de certas competências/destrezas que uns têm e outros dispensam, uns possuem mais desenvolvidas e outros menos. Mas a formação científica de base, o *corpus* teórico-prático modelador do seu modo e tipo de conhecimento racional e sistemático (científico) tende a ser idêntica.

Se aceitarmos a informação, humana e social, como fenómeno e processo, a Arquivística, a Biblioteconomia e a Documentação fazem parte integrante de um *corpus* científico unificado pelo mesmo objecto. Parece-nos, pois, absurdo continuar a separar a informação científica, isto é, a informação produzida e difundida por uma determinada comunidade científica, como se ela fosse estruturalmente diversa da informação produzida pelos juristas e administrativos. Há, obviamente, diferenças de estilo – o romance é diferente da poesia e de uma peça de teatro, um estudo de história económica é diferente de um estudo de econometria, um processo-crime é diferente de um tratado de criminalística –, mas se entendermos claramente por informação o que está expresso na definição atrás, com suas propriedades intrínsecas, temos de concluir que a empírica reparação dos conteúdos em letras, ciências e “matéria de arquivo ou seja, administração corrente”, é insustentável.

E se prosseguirmos neste esforço de coerência intelectual não custa descobrir o que, por exemplo, Aurélio Tanodi insinuou, em 1961, com o conceito de “arquivália”⁵³: do documento de arquivo ou do “contexto *archonico*”⁵⁴ deriva toda

⁵³ Ver: TANODI, Aurelio – *Manual de archivologia hispanoamericana: teorías y principios*. Córdoba (Argentina): Universidad Nacional, 1961.

⁵⁴ Num artigo recente e estimulante, Verne Harris cita o filósofo francês Jacques Derrida a propósito da sua concepção de Arquivo, que é, segundo Derrida, terreno do exercício do Poder e, neste sentido, local de combate entre forças *archonicas* e *anarchonicas* (do grego *archeon*, magistrado). Adaptando esta leitura para a questão ilustrativa do *record-keeping*, Harris refere que tal paradigma

a documentação disponível nas livrarias, hipermercados, quiosques, Bibliotecas Públicas e Especializadas. Seja literária, científica, político-administrativa, artística, museológica, etc. a informação é sempre e originariamente orgânica (termo enfatizado pelos autores canadenses da Arquivística Integrada) de onde se infere que entre *fundo* (conjunto orgânico de documentos) e *colecção* (conjunto de documentos acumulados por acaso) não há diferença porque é muito difícil, para não dizermos impossível, que o acaso substitua a natural intencionalidade e organicidade do colecionador. Claro que com os artefactos – utensílios, objectos de culto, fósseis, etc. que permitiram constituir muitos Museus – a acumulação acidental e aleatória é mais provável e isso ocorre porque ao perderam o contexto funcional em que estiveram integrados como semiófrons (segundo Krzysztof Pomian⁵⁵), foram dispersos e recolhidos em lugares e tempos diversos, acabando por adquirir nova funcionalização. No entanto, esta resignificação dos objectos comporta em si uma intencionalidade orgânica: uma colecção de relógios, por exemplo, apesar de ser constituída por peças de diferentes e múltiplas proveniências, insere-se num programa cronológico, tecnológico e histórico (do tempo, da indústria e comércio relojoeiro, etc.) pleno de intencionalidade e de organicidade do colecionador, seja um indivíduo ou uma instituição.

A ausência da Museologia no grupo de disciplinas, acima referidas, que têm como objecto comum o fenómeno/processo informacional foi deliberada. Com efeito, se nos parece líquido postular a existência de informação museológica, como faz Ana Lúcia Siaines de Castro⁵⁶, é preciso ter bem presente que essa informação, na generalidade dos casos (excepção feita para as Pinacotecas, os Museus de Imagem ou de Fotografia, que, em rigor, são Centros de Informação Fotográfica, as Cinematecas, e as Casas-Museus de Escritores, Políticos e outras individualidades, que seria mais apropriado designar de Centros de Memória), é suscitada pelos objectos/artefactos e é gerada pela investigação conduzida em torno deles com vista à redescoberta de sua originária função e *locus* de produção e de funcionamento. Mas a informação não é, ao contrário do que sucede claramente com a Arquivística e a Biblioteconomia, o objecto central de conhecimento

pode ser tipificado como *archonico*, porque se prende com o espírito da lei, da autoridade e do instituído e, paralelamente, há uma dinâmica *anarchonica*, que questiona, subverte e que interpela a justiça antes da lei (Cf.: HARRIS, Verne – Law, evidence and electronic records: a strategic perspective from the global periphery. *Comma. International Journal on Archives*, Michigan (USA), 1/2 (2001) 41-42.

⁵⁵ Cf.: POMIAN, Krzysztof – Colecção. In *Enciclopédia Einaudi. Volume 1 Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 51-84.

⁵⁶ Cf.: CASTRO, Ana Lúcia Siaines – Informação museológica: uma proposição teórica a partir da ciência da informação. In *Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Org. de Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p. 13-31.

museológico caso ele exista. E se pomos em dúvida tal existência é porque, como já atrás frisámos, joga-se na musealização dos objectos a centralidade e a especificidade do trabalho dos profissionais do Museu.

Não anda longe desta nossa posição Yves-François Le Coadic que, ao desenharmos o mapa da Ciência da Informação em forma de flor, considerou a Biblioteconomia, a Museoeconomia, a Documentação e o Jornalismo como “disciplinas fundadoras” da Ciência da Informação e nessa qualidade aparecem inscritas na corola junto com aquela, mas recusou-lhes o estatuto de ciência, sobretudo às três primeiras, reduzidas a “meras práticas de descrição e de conservação”⁵⁷ de bens culturais e patrimoniais. Nas pétalas da flor surgem várias ciências que partilham interdisciplinarmente a mesma área de estudo. Sobre a Museoeconomia afirma: *Paralelo curioso, a “ciência” dos museus também empurrada em direcção a uma economia do museu, no mesmo sentido de gestão, organização, a arte de organizar museus, mais do que uma ciência e uma tecnologias rigorosas*⁵⁸.

Deixemos, pois, de lado a Museologia, situada doravante como disciplina periférica (ver *diagrama*, final do texto), e concentremo-nos no paradigma emergente da Ciência da Informação, passível de ser caracterizado mediante os seguintes traços:

- valorização da informação (fenómeno/processo humano e social), residindo nela e não no suporte (material externo ao sujeito) a sua própria historicidade (orgânico-contextual) e a sua riqueza patrimonial/cultural;
- afirmação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele no trinómio criação – selecção natural – acesso/uso e o segundo na antinomia fugacidade – permanência/conservação;
- impossibilidade de manter a “compartimentação” documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de arquivo, serviço de Biblioteca e sistema informático/*software* de computador monoposto ou em rede), porque este critério é superficial e não abrange o dinâmico contexto de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso/consumo (funcionalidade);

⁵⁷ Cf.: LE COADIC, Yves-François – *A Ciência da informação*, ob. cit., p. 14-18. É interessante notar que o autor, numa breve nota de rodapé, refere-se à Arquivística, não incluída no mapa-flor, nestes termos: *disciplina auxiliar da história, preocupa-se com a conservação dos documentos que resultam da actividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. Os arquivos não passam de documentos conservados, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos* (p. 14).

⁵⁸ Cf.: *Ibidem*, p. 16.

- necessidade de conhecer (indagar, compreender e explicitar) a informação social através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes em vez do universo rudimentar e fechado da prática informacional empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou “objectivos” de criação, classificação, ordenação e recuperação;
- alteração do actual quadro teórico-funcional, em que quase só pontificam as práticas metodológicas e os interesses “clientelares” da História, do Direito e da Ciência da Administração, para uma postura diferente no universo dinâmico das Ciências Sociais (todas as ciências do homem e da sociedade), referência indispensável para a compreensão do social e do cultural⁵⁹, com óbvias implicações nos novos modelos formativos dos futuros profissionais da informação; e
- substituição da lógica instrumental patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação” pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e assim sendo as práticas/procedimentos informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e actores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação/arquivista, em vez de estabelecer ou impôr regras operativas, compreender o sentido de tais práticas, como se exige, por exemplo, a um sociólogo das organizações, e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou)prospectivas mais adequadas.

3. UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

São oportunas e certeiras as palavras de Jaime Robredo: *Se, como afirma Price (1969), uma ciência pode ser caracterizada e estudada em função de sua*

⁵⁹ Yves LE COADIC não hesitou em afirmar que a ciência da informação ao preocupar-se em esclarecer um problema social concreto passou a integrar o grupo das ciências sociais. E acrescenta: *Respondendo a uma necessidade social, a pesquisa em ciência da informação, pesquisa orientada, é elaborada em função dessa necessidade e foi, de alguma forma, determinada por ela. Também, sob a pressão das técnicas da informação, de máquinas concebidas para a comunicação, a preocupação dominante dos investigadores passou a ser o útil, o eficaz, o prático e a prática, e muito pouco o teórico, a teoria. Há pois um atraso da teoria sobre o empírico e sobretudo desconexão entre as duas (ver capítulo IV). De prática de organização, a ciência da informação tornou-se, sob efeito de uma procura social crescente, de novas apostas sociais e de importantes desenvolvimentos económicos, uma ciência social rigorosa (cf. LE COADIC, Yves-François – A Ciência da Informação, ob. cit., p. 21-22).*

*produção documental, a ciência da informação, a julgae pela impressionante quantidade de publicações poroduzidas nos últimos anos, inclusive no Brasil, seria hoje uma ciência consolidada. Quando se observam algumas publicações escolhidas, entretanto, conclui-se que ainda não existe unanimidade entre os autores em relação à consolidação da ciência da informação enquanto ciência verdadeira, nem mesmo quanto a seu objecto e a seu escopo*⁶⁰.

Nascida no pós Segunda Guerra Mundial, a C.I. continua sendo “uma ciência emergente”, não madura, à procura do seu rumo e da sua consolidação interna⁶¹, embora, estejam fixados há mais de três décadas os seus contornos e objetivos. De início nas conferências do Georgia Institute of Technology, realizadas em Outubro de 1961 e Abril de 1962, e depois, em 1968, por Harold Borko, para quem a *information science* era a disciplina *que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e o sentido do processamento de informação com vista a um máximo de acessibilidade e uso. Diz, assim, respeito a um corpus de conhecimento sobre a origem, colecção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação. Isto inclui a investigação da informação tanto em sistemas naturais, como artificiais, o uso de códigos para uma efeciente transmissão de mensagens e o estudo dos modos e técnicas de processamento de informação tais como computadores e os respectivos sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada de e relacionada com os seguintes campos: matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia computacional, operações de pesquisa/busca, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, gestão e outros campos similares. Possui, por fim, uma componente de ciência pura na medida em que explora o tema sem olhar às suas aplicações práticas e uma componente de ciência aplicada que desenvolve serviços e produtos. A biblioteconomia e o documentalismo constituíam, por isso, aspectos aplicados da ciência da informação*⁶².

⁶⁰ Cf.: ROBREDO, Jaime – Infometria e Ciência da Informação. In *Informação & Informática*. Org. Nidia M. L. Lubisco e Lúcia M. B. Brandão. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2000. p. 81.

⁶¹ Ver: NHEMY, Rosa Maria Quadros [et al.] – A Ciência da informação como disciplina científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte. 1:1 (Jan.-Jun. 1996) 9-25; ver também sinopse deste importante debate epistemológico em SILVA, Armando B. Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – A Avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas a&b*. Lisboa. 5 (2000) 71-73.

⁶² Tradução livre do inglês a partir de citação de FROEHLICH, Thomas J. – Challenges to curriculum development in Information Science. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD, 1985. vol. 2, p. 488.

Mais do que uma definição Borko traçou um programa que continua actual e em plena realização e daí a tentativa optimista, aliás muito meritória, de Yves Le Coadic de superar a falta de consenso interno da C.I., a indistinção fenomenológica e a respectiva invisibilidade no quadro complexo e difícil das ciências sociais.

Segundo Le Coadic a C.I. é a *produção consciente da espécie humana com origens bem definidas, um objecto e um conteúdo bem definidos, práticas facilmente identificáveis*⁶³. Uma ciência configurada através da imagem da flor, que ajuda não só a identificar bem o objecto, mas também a enfatizar a noção de interdisciplinaridade levada até ao extremo de um “atomismo” algo incoerente. E quanto ao método Le Coadic apresenta os conhecidos *métodos de análise dos documentos e da informação, a saber: a catalogação, a indexação, o resumo e constelações de palavras, manuais de início e hoje cada vez mais informatizados, quantitativos uns, qualitativos outros e incidindo uns sobre o “paratexto” e outros sobre o texto*⁶⁴. Acresce a isto, segundo o mesmo autor, a postulação de leis, comum, aliás, a todas as disciplinas nomotéticas⁶⁵, e a produção teórica considerada débil: *a C.I. não tem infelizmente ainda uma teoria ou um conjunto de teorias que permita interpretar de maneira científica, racional, as leis e os modelos empíricos. Em matéria de informação a teoria foi sempre precedida pela prática. A teoria corre atrás dos factos para os compreender. Há atraso da teoria em relação ao empírico e sobretudo desconexão entre os dois*⁶⁶. Evoca, a propósito, a chamada “teoria matemática da informação”, a teoria dos “mass-media”, a “teoria da comunicação interactiva” formulada pela Escola de Palo Alto e a “teoria geral da bibliometria e dos processos cumulativos” proposta por Solla Priceide⁶⁷ aplicada especificamente à informação científica.

Apesar, porém, do meritório esforço desenvolvido, não consideramos o programa epistemológico proposto por Le Coadic suficientemente forte e capaz de forjar a maturidade científica da C.I. e de a tornar visível e investida de um papel legítimo no âmbito das ciências sociais e humanas. E o modo de se atingir esse desiderato não passa certamente pela “via reduzida” da regular “visitação” à lite-

⁶³ Cf.: LE COADIC, Yves – *A Ciência da informação*, ob. cit., p. 109.

⁶⁴ Cf.: *Ibidem*, p. 65.

⁶⁵ Ao contrário das ciências históricas, jurídicas e filosóficas, a C.I. procurou formular leis, no sentido de relações quantitativas relativamente constantes e enunciáveis sob a forma de funções matemáticas que estabelecem relações universais e necessárias entre o aparecimento do fenómeno e as condições que o fazem aparecer, permitindo fazer previsões; mas igualmente no sentido de relações ordinais, de análises estruturais, etc. traduzido no meio da linguagem corrente ou da linguagem mais ou menos formalizada (lógica, etc.) – cf. *Ibidem*, p. 67-68.

⁶⁶ Cf.: LE COADIC, Yves – *A Ciência da informação*, ob. cit., p. 65.

⁶⁷ Cf.: *Ibidem*, p. 76-77.

ratura existente e ao estado actual da C.I., mas pelo “salto” para a criação de um programa mais forte sujeito a críticas e a saudáveis revisões. A apresentação desse programa visa, contudo, abalar a falta de consenso interno e alertar para que se formem as condições vitais de uma unidade interna manifestamente madura.

A nossa proposta assenta, por isso, em opções fenomenológicas e epistemológicas algo provocatórias e “duras”, sem deixarem de ser abertas e flexíveis. E a principal acha-se exposta atrás ao definirmos o objecto da C.I., isto é, a informação social como fenómeno e processo e ao enumerarmos, com o detalhe possível, as respectivas propriedades – termo usado no início da definição de Harold Borko.

Tais pontos de partida conduzem-nos a uma configuração do campo da C.I. diferente da consubstanciada na imagem da flor de Le Coadic.

A configuração que propomos cabe no diagrama, incluído no final deste texto, e dele ressalta, de imediato, a ideia de uma unidade transdisciplinar indivisível formada a partir da confluência dinâmica de três disciplinas práticas ou aplicadas: a Arquivística⁶⁸, a Biblioteconomia⁶⁹ (inclui a Documentação ou Documentalismo) e os Sistemas (Tecnológicos) de Informação, definidos pela respectiva Academia Britânica (*United Kingdom Academy for Information Science*) como uma *área multidisciplinar, abrangendo todas as actividades de nível estratégico, tático e operacional, relacionadas com a recolha, processamento, armazenamento, distribuição e utilização da informação, bem como com as tecnologias associadas a estas actividades, nas organizações e na sociedade*⁷⁰. Três ramos específicos de aplicação teórico-prática justificados por uma concepção sistémica do conhecimento informacional e congregados em uma unidade científica orientada para um objecto preciso. Unidade que interage com um rico e variado universo interdisciplinar constelado em torno do mesmo objecto. E neste amplo leque de ciências sociais, humanas e naturais há algumas que se destacam como é o caso das Ciências da Comunicação, das Ciências da Administração e Gestão, da Informática e Computação Electrónica e da História, Sociologia e Estudos Culturais que mantém com a C.I. relações estreitas e privilegiadas e lhe acentuam, deste modo, a vertente interdisciplinar sem porem em causa, antes reforçando bastante, a matriz transdisciplinar e unitária.

⁶⁸ Definida como *ciência de informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fe-chados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente* (cf. SILVA, Armando Malheiro da [et. al.] – *Arquivística...*, ob. cit., p. 214).

⁶⁹ Definida assim: *Ciencia y técnica de la organización que media entre un depósito de informaciones registradas y el uso individual o social que se hace de ellas* (cf. MOLINA CAMPOS, Enrique – *Teoría de la biblioteconomía*. Granada: Universidad, 1995. p. 129).

⁷⁰ Cf.: MAGALHÃES, Rodrigo – *Sistemas de informação: definição, origens e perspectivas para Portugal. Sistemas de Informação*. Guimarães. 6 (1997) 53.

Não pode passar sem comentário a inclusão da Arquivística como um ramo específico ou disciplina aplicada e parte integrante do campo científico (unitário) da informação, porque as suas consequências epistemológicas são profundas e relevantes. Desde logo por forçar a adopção da teoria sistémica, em princípio mais ajustada ao fenómeno e processo da informação social que o desarticulado *corpus* teórico acima invocado por Le Coadic. Depois por acentuar o papel do contexto e da organicidade estrutural na génese da informação produzida/recebida. E, enfim, por mostrar a função estratégica da informação na gestão das Organizações. Com efeito, a denominada “gestão da informação” na óptica de certos especialistas em gestão organizacional é *actuar sobre o sistema de informação organizacional, concebendo-o, implementando-o e mantendo-o de acordo com os objectivos estratégicos das empresas e com as suas necessidades operacionais. Sendo o SIO um modelo da própria empresa, geri-lo é também uma das formas de gerir a empresa, utilizando o seu sistema estruturante mais flexível e nuclear no quadro envolvente actual*⁷¹. Este prisma permite entrelaçar a noção diacrónica e “estável” de Arquivo com a noção sincrónica e dinâmica de S(T)I, enriquecendo, assim, substancialmente o objecto material da C.I.

No programa proposto abandonámos a noção fragmentada e inconsistente de método, ainda defendida por Le Coadic e polvilhada por um conjunto de técnicas avulsas algumas das quais meros produtos de um trabalho científico realizado (é o caso da classificação, da produção de catálogos, de índices, de *thesauri*, etc.) e não genuínos procedimentos metodológicos. Substituímo-la por uma concepção quadripolar ensaiada e testada na investigação qualitativa.

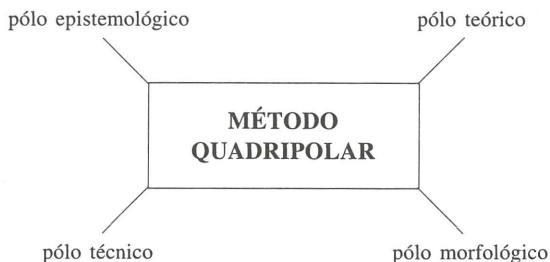
O termo qualitativo abrange quer o tipo de dados que uma investigação produz, quer os modos de actuação ou postulados que lhe são correlativos. Dados e postulados cabem dentro de uma grelha de análise inspirada num modelo geral de compreensão da metodologia da investigação elaborado por P. De Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete em 1975⁷². Trata-se de um modelo de compreensão e de um método geral apelidado de quadripolar.

O *método quadripolar* é um dispositivo complexo de investigação ao serviço de um conhecimento que está longe de ser “unidimensional”, de ser desprovido de variáveis ou de ser circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos *standard* (ordenar, descrever a forma e o conteúdo informativo dos documentos,

⁷¹ Cf.: ZORRINHO, Carlos – *Gestão da informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 75-76.

⁷² DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: P.U.F., 1974. p. 36 e seg.

instalá-los e cotá-los), e que, bem antes pelo contrário, abarca toda a fenomenalidade informacional cognoscível. Vejamo-lo com algum detalhe:



Dinâmica de investigação inspirada no modelo topológico da prática metodológica de De Bruyne, *et al.* (1975, p. 36)

Segundo este modelo, a investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, devendo ser perspectivada por forma a superar o debate “tradicional” entre “quantitativo” e “qualitativo” e por forma ainda a promover o fecundo intercâmbio interdisciplinar. Uma investigação que se cumpre em cada projecto e se reinicia, prolonga, corrige e supera no seguinte, implicando sempre a interacção global e a interdependência desses quatro pólos.

No *pólo epistemológico* – instância superior imbricada no aparato teórico e institucional, isto é, a comunidade científica dos especialistas em informação, as suas escolas, institutos, locais de trabalho e ainda os seus referentes políticos, ideológicos e culturais – opera-se, segundo Herman, a permanente *construção do objecto científico e a delimitação da problemática da investigação*⁷³. Ocorre aí a reformulação constante dos parâmetros discursivos (a linguagem envolvida no processo científico e que *traduz através de simbolizações verbais ou não verbais (tais como os modelos matemáticos ou iconográficos), as crenças e os valores partilhados por um grupo de investigadores*⁷⁴), dos paradigmas e dos critérios de cientificidade (objectividade, fidelidade e validade) que regem todo o processo de investigação. A génese e a evolução deste pólo até à actualidade da C.I. tem sido objecto de alguns estudos panorâmicos retrospectivos e pelo exposto atrás podemos associá-lo à viragem ou transição do paradigma documental/patrimonial, custodial e tecnicista para o novo paradigma científico e pós-custodial.

⁷³ Cf.: HERMAN, Jacques – *Les Langages de la sociologie*. Paris: P.U.F., 1983. p. 5.

⁷⁴ Cf.: LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard – *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 17.

No *pólo teórico* manifesta-se a racionalidade predominante no sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objecto, bem como a respectiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano da descoberta) e subsequente verificação ou refutação do “contexto teórico” elaborado (plano da prova). Neste pólo, uma vez ajustado à investigação da informação social, emerge a racionalidade indutiva e há “material” acumulado empiricamente que, à luz do paradigma de cientificidade aqui perfilhado, pode ser convertido em “contexto teórico” disponível para os projectos de investigação presentes e futuros. Mas a essa “herança” empírica é preciso juntar “material novo”, a saber: a formulação das seis propriedades intrínsecas da informação, apoiada até agora nas leis infométricas difundidas através do “círculo” biblioteconómico e nos “quatro princípios ou leis” expostos pelos autores de *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*⁷⁵ em substituição dos velhos “princípios arquivísticos” (em rigor meras regras empíricas e rudimentares); e ainda modelos a seguir ou a mudar, havendo, pelo menos, dois que merecem particular referência e atenção.

Em vez das práticas metodológicas avulsas e empíricas e dada a natural inserção da C.I. no quadro das ciências sociais impõe-se como modelo genericamente inspirador o esquema padrão de pesquisa formulado por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt em sete etapas: 1^a – a pergunta de partida; 2^a – a exploração com leituras e entrevistas exploratórias; 3^a – a problemática; 4^a – a construção do modelo de análise; 5^a – a observação; 6^a – a análise das informações; e 7^a – as conclusões⁷⁶. Este esquema é adaptado à C.I. em função das suas características basilares condensadas num *corpus* conceptual cerzido pelas contribuições teórico-metodológicas decisivas de algumas ciências mais próximas e essenciais como é o caso da Sociologia (das Organizações e da Comunicação), da História Institucional, da História Cultural, das Ciências da Administração e Gestão e das Ciências da Computação e Informática.

Para além disto afigura-se-nos estratégica e vital a aplicação da teoria sistémica ao estudo científico da informação social e sua inserção no *pólo teórico*. Não se trata de uma novidade e a opção sugerida suscita certamente controvérsia, mas é inegável que através da teoria dos sistemas tem sido possível pensar a realidade natural, humana e social em moldes diferentes do “clássico”, porque necessariamente holísticos. De acordo com a panorâmica global traçada por Piero Mella⁷⁷ há dois

⁷⁵ Cf.: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística...*, ob. cit., p. 222.

⁷⁶ Cf.: QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van – *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 30.

⁷⁷ Ver: MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*, ob. cit., p. 32-128. Ver também: JARDIM, José Maria – *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995. p. 7-17.

grandes grupos ou tipos de sistema, entendido este como conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações e que se perfilam dentro de uma fronteira⁷⁸: os sistemas organizados ou operatórios e os não organizados ou combinatórios. Aqueles definem-se pelos conceitos-chave da unidade, da organização e da estrutura e podem subdivir-se em dinâmicos, fechados e abertos, naturais e artificiais, redes modulares, autopoéticos, sistema geral e cognitivos conscientes. Os combinatórios caracterizam-se por três condições indispensáveis à sua existência: o macro comportamento deriva da combinação de micro comportamentos; estes devem ser condicionados pelo macro comportamento; e têm de se produzir interacções, *feedback*, entre micro e macro comportamento.

No caso vertente do conhecimento científico da informação tem sido aplicado o tipo de sistemas organizados ou operatórios com destaque para os abertos e fechados⁷⁹, para os artificiais, para os autopoéticos e para o sistema geral, correspondendo estas diversas categorias a perspectivas diferentes que importa rever e aproximar. Com efeito, Molina Campos ao classificar a Biblioteca como sistema aberto⁸⁰ e os autores de *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* ao pensarem o Arquivo como sistema (semi-)fechado assentam ambos numa noção de sistema mais ampla e menos restritiva que a usada pelos especialistas de SI ou de TSI (tecnologias e sistemas de informação), tornando-se, por isso, urgente procurar denominadores comuns que desfaçam a actual e absurda distância entre uns e outros. Mas temos ainda de reconhecer como insuficiente a classificação de Arquivo, de Biblioteca e de TSI na categoria de sistemas organizados ou operatórios, porque a “envolvê-los”, sobretudo aos dois últimos, há um complexo sistema não-orgânico ou combinatório formado também por outros micro-comportamentos específicos – as editoras, as livrarias, as produtoras discográficas, as empresas multimédia e a “massa” anónima e heterogénea de consumidores – que compõem o mercado de “produtos culturais” (hoje cada vez mais invadido pelos chamados “conteúdos” em suporte electrónico), gerador de um macro-comportamento em constante *feed-back* com os micro-comportamentos.

Uma pista possível para a desejável aproximação entre os três “casos” sistémicos referidos emerge de certas modelizações levadas a cabo por especialistas de SI, perfeitamente articuláveis com as actuais Bibliotecas e Arquivos, vistos

⁷⁸ Cf.: MOLINA CAMPOS, Enrique – *Teoría de la biblioteconomía*, ob. cit., p. 15.

⁷⁹ Genericamente, pode dizer-se que são *fechados* os sistemas cujas variáveis são endógenas e as leis são de tipo absoluto, não estando o seu comportamento sujeito a nenhuma espécie de influência que emane de variáveis externas. Os sistemas *abertos* singularizam-se pelo facto de nenhum aspecto do seu comportamento se achar determinado estritamente a partir de dentro (cf. SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística...*, ob. cit., p. 42).

⁸⁰ Ver: MOLINA CAMPOS, Enrique – *Teoría de la biblioteconomía*, ob. cit., p. 131-147.

tanto pelo prisma serviço-instituição, como sobretudo pelo prisma orgânico-funcional. Se tivermos, por exemplo, em conta a generalizada interação, em qualquer entidade organizacional, da estrutura orgânico-administrativa e do fluxo informacional há claramente Arquivo (sistema orgânico-funcional)⁸¹. Por seu turno, a Biblioteca configura um modelo concreto de SI se encarada como sistema aberto de “produtos” informacionais vindos de fora, ou seja, da esfera orgânica dos autores e dos editores dentro de determinada comunidade nacional ou num espaço sem fronteiras (a aldeia global) através de uma vasta rede tecnocomunicacional.

No *pólo técnico* o investigador toma contacto, por via instrumental, com a realidade objectivada. No domínio da Arquivística e da Biblioteconomia, tal como têm sido praticadas, acumularam-se procedimentos técnicos de representação formal da informação/documentação com vista ao armazenamento, transferência, recuperação e difusão. Impõe-se, porém, a revisão do alinhamento destas técnicas dispersas e avulsas, porque neste pólo se joga a capacidade probatória (verificação ou refutação do “contexto teórico”) do dispositivo metodológico, e que nada tem a ver com uma mera “listagem” arrumada/classificada intelectualmente (à revelia da lógica indutiva e à maneira de um processo dedutivo inconsequente). Consideramos, por isso, necessário destacar neste pólo três operações maiores:

1ª Observação directa e indirecta⁸² (de casos⁸³ ou de variáveis⁸⁴)

Recolha exhaustiva dos elementos histórico-institucionais, normativos e reguladores, e caracterização da natureza e do funcionamento interno de qualquer Sistema de Informação (caso/casos) respectiva Organização ou de

⁸¹ Cf.: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística...*, ob. cit., p. 214 e seg.

⁸² No quadro das técnicas científicas de exploração avulta a observação (entendida como sendo do tipo sistemático ou voluntário, isto é, organizada, pretendida e deliberada) directa e indirectamente. Aquela acontece quando se toma nota dos factos, dos gestos, dos acontecimentos, dos comportamentos, das opiniões, das acções, das realidades físicas (por exemplo, as paisagens), enfim do que se passa ou existe num dado momento, numa dada situação; variantes; a observação participante ou não participante (observação visual), a observação geográfica, a psicossociologia ou exploração no terreno. A indirecta incide nos indivíduos, nos comportamentos, nos grupos, no passado, noutros locais (ontem ou hoje) ou, mais geralmente, em todos os tipos de dados existentes (por exemplo, os testemunhos escritos, figurados ou registados) e supõe meios de investigação ou instrumentos de medida (por exemplo, a observação quantitativa), que permitem detectar factos intangíveis (por oposição aos tangíveis, como um recenseamento ou uma enumeração); exemplos: a análise de conteúdo (indexação), as análises *ex post facto*, os “relatos de vida”, etc. (cf. DESHAIES, Bruno – *Metodologia da investigação em ciências humanas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. p. 296-297).

⁸³ Sobre o estudo de casos e a comparação multicasos seguimos de perto a exposição de: LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald – *Investigação quantitativa: fundamentos e práticas*, ob. cit., p. 169-173.

⁸⁴ As variáveis em investigação informatológica são inúmeras e inscrevem-se no complexo sistémico composto pelo Arquivo, Biblioteca e S.(T).I.

qualquer tema supra/intercasuístico (variável/variáveis) através de diversas técnicas ou procedimentos, tais como o questionário/inquérito, a entrevista, a observação participante e ainda a elaboração de fichas exploratórias ou “bases de dados” operacionais constituídas a partir da própria memória institucional.

2ª Experimentação⁸⁵

Num campo tendencialmente artificial, fechado e controlado (por contraste com o campo real, aberto e não controlado do estudo de caso), que se acentua em laboratório ou em ambiente computacional, é imprescindível a formulação clara de um problema, a descrição das técnicas de análise e apresentação dos instrumentos usados, dos equipamentos e meios científicos empregues. Se feita por amostragem apoia-se na análise estatística de acordo com a lógica dos testes de hipóteses⁸⁶.

3ª Análise/Avaliação retrospectiva e prospectiva

(*enunciado genérico*)

Sujeitar os resultados da **observação** e/ou da **experimentação** a um rigoroso exame que permita generalizações e o estabelecimento de analogias científicas. Decorre deste investimento operatório a confirmação ou infirmação dos conceitos em uso, das hipóteses e teorias preparadas para cada projecto de investigação e, em última instância, os princípios gerais fixados no pólo teórico.

(*enunciado complementar*)

Esse “exame” rigoroso é literalmente a análise crítica com, pelo menos, duas importantes incidências: pode incidir sobre a informação propriamente dita (geralmente registada em um suporte) e toma, então, designações equivalentes ou sinónimas como “análise de conteúdo”⁸⁷, *textologia*⁸⁸ (ou análise de textos

⁸⁵ Na acepção forte do termo postula uma hipótese e permite ao experimentador observar os resultados da manipulação das condições materiais da experiência. A hipótese deve ser formulada previamente e verificada com instrumentos de medida apropriados. Se necessário, os métodos matemáticos e estatísticos aplicam-se segundo a orientação que a experiência tomou (cf. DESHAIES, Bruno – *Metodologia da investigação em ciências humanas*, ob. cit. p. 297).

⁸⁶ Cf.: *Ibidem*, p. 297.

⁸⁷ Em 1967, B. BERELSON definiu análise de conteúdo como *uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação* (cit. por: JANEIRA, Ana Luísa – *A Técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações. Análise Social*. Lisboa. 2ª série. 9:39 (1972) 370-399). Ver, sobretudo: PINTO MOLINA, María; GÁLVEZ, Carmen – *Análisis documental de contenido: procesamiento de información*. Madrid: Editorial Síntesis, 1996; PINTO MOLINA, María – *Análisis documental de contenido*. In LÓPEZ YEPES, José (coord.) – *Manual de información y documentación*, Madrid: Ediciones Piramide, 1996. p. 300-323; e GIL URDICAÍN, Blanca – *Lenguajes documentales II*. In *Ibidem*, p. 354-374.

⁸⁸ Ver, sobre esta modalidade metodológica, entre outros: HAY, Louis; NAGY, Péter – *Avant-texte, texte, après-texte*. Paris: Éditions du CNRS; Budepest: Akadémicis Kiadó, 1982.

literários) ou diplomática (a “disciplina” auxiliar da História criada no século XVII por Dom Mabillon para estabelecer a verdade histórica através da avaliação de autenticidade – verdadeiro/original ou falso/não original – dos diplomas medievais conservados nos cartórios régios, senhoriais e eclesiásticos e, nas duas últimas décadas, aplicada aos documentos contemporâneos e electrónicos⁸⁹); e pode também incidir sobre o sistema todo aproximando-se, assim, dos modelos de análise organizacional desenvolvidos no âmbito da Ciência da Administração e da Gestão. Da “análise de conteúdo” resultam “produtos” meta-informacionais precisos como a indexação, o controlo de autoridade, a classificação, a inventariação e a catalogação formalizados no *pólo morfológico*. E porque se trata de uma operação crítica a análise implica um juízo ou apreciação retrospectiva se a situação informacional analisada já ocorreu num determinado contexto cronológico ou, ao invés, prospectiva caso venha/possa ocorrer, sendo passível de previsão e de simulações prévias com possibilidade de escolha da mais adequada. Daí, pois, o termo avaliação para exprimir a súmula final de um processo metodológico iniciado com a observação no terceiro pólo e terminado necessariamente no quarto.

A eficácia destas operações, em que anda implícita, pelo menos em algumas delas, a lógica da explanação⁹⁰, reflecte-se de imediato no *pólo teórico* e, em especial, no *pólo morfológico*. Neste quarto e último pólo se assume por inteiro a análise/avaliação e se parte não só para a representação exaustiva do objecto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção relativamente à função de comunicação⁹¹. Trata-se da organização e da apresentação

⁸⁹ Ver, entre outros: ROMERO TALLAFIGO, Manuel – *Diplomatica del documento contemporaneo: sus aportaciones para la valoracion y seleccion en los archivos*. Sevilla, Marzo 1991 (dactiloscrito e reprod.); DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry – Protecting electronic evidence: a progress report on a research study and its methodology. *Archivi & Computer*. San Miniato. 3 (1995) 213-250; DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather; UNDERWOOD, William E. – Protecting electronic evidence: a second progress report on a research study and its methodology. *Archivi & Computer*. San Miniato. 1 (1996); DURANTI, Luciana – The Thinking on appraisal of electronic records: its evolution, focuses and future directions. *Archivi & Computer*. San Miniato. 6 (1996); DURANTI, Luciana – Reliability and authenticity: the concept and their implications. *Archivaria*. Ottawa. 39 (Spring 1995) 5-10; e ainda EUROPEAN COMMISSION – *Proceedings of the DLM-Forum: European citizens and electronic information: the memory of the information society. Brussels 18-19 October 1999*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2000.

⁹⁰ Ver: *Theories of explanation*. Ed. by Joseph C. Pitt. New York; Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 9-46, 75-118, 156-187.

⁹¹ LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald – *Investigação quantitativa: fundamentos e práticas*, ob. cit., p. 23. Sobre este pólo, DE BRUYNE [et al.] – *Ob. cit.*, p. 161, adiantaram que ele ajuda a libertar um campo de “interobjectividade”, em que a crítica intersubjectiva dos investigadores pode desempenhar um papel aferidor. Ultrapassa-se, deste modo, o empirismo fragmentário e o diletantismo, e molda-se um espaço de linguagem comum.

dos dados, devidamente crivados no *pólo teórico* e aferidos no *pólo epistemológico*, o que ilustra, aliás, o pendor interactivo da investigação quadripolar.

Daqui deve resultar uma posição algo “atomizada” na explicação e uma posição holista (totalizadora) na compreensão. Note-se que o conhecimento da informação (fenómeno e processo) compatibiliza-se com ambas as posições, assumidas em simultâneo. Com efeito, a dinâmica da investigação visa isolar, pela explicação, invariantes ou propriedades universais e axiomáticas – causalidade externa –, enquanto pela compreensão procura alcançar um significado totalizante do processo informacional – causalidade interna. E estas duas posições essenciais do *pólo morfológico* concentram-se na parte ou pólo precedente que enquadra a apresentação dos instrumentos de acesso e que corresponde ao estudo da informação social propriamente dito, sem o qual, aliás, tais instrumentos perdem toda e qualquer pertinência científica.

Consumada no quarto pólo a exposição de todo o processo que levou à construção do objecto científico, pode reiniciar-se o ciclo dinâmico de investigação quadripolar, a qual propende visivelmente para a acumulação em espiral do conhecimento construído.

A viabilidade deste modelo no campo da informação é um tópico incipiente e em aberto, imprescindível, porém, no âmbito do programa alternativo que ouvamos lançar para reflexão, debate e aplicações teórico-práticas, quesitos essenciais da construção séria e sólida de todo e qualquer conhecimento científico. Um programa que integre e ajude a clarificar e a distinguir. E a integração almejada poderá fazer-se à luz do paradigma emergente que ficou esboçado, o qual serve também para estabelecer distinções, ainda que subtis.

A rematar este já longo texto eis algumas dessas distinções que se nos afiguram oportunas e pertinentes para posteriores aprofundamentos: vários Museus se distinguem do escopo informacional da Biblioteca e do Arquivo; a informação enquanto fenómeno/processo é irredutível às noções de património e de memória (se entendida, claro está, como categoria virada para o passado); na centralidade da cultura, mas diferenciada fenomenologicamente dela, está a informação humana e social (de raiz psicológica); a produção e o processamento tecnológico da informação não se confundem com os meios e equipamentos técnicos desenvolvidos para esse fim, pelo que os chamados sistemas informáticos de gestão (bases de dados, armazenamento da informação, programas *ged* ou gestão electrónica de documentos, de *workflow*, hiperrmida, etc.) estão no mesmo plano dos equipamentos convencionais usados para a guarda, a ordenação, a difusão e o acesso da informação em papel; e, em suma, a Ciência da Informação (na qual se integram plenamente a Arquivística, a Biblioteconomia, a Informática de Gestão e ainda uma parte substancial da disciplina de Organização e Métodos) distingue-se da Museologia, remetida para um nível de relação interdisciplinar junto com a História, a Sociologia e os Estudos de Património Cultural (ver diagrama, a seguir).

DIAGRAMA DO CAMPO CIENTÍFICO DA CIÊNCIA DE INFORMAÇÃO

